

BRINCAR É DIREITO: EXPERIÊNCIAS A PARTIR DE AÇÕES EXTENSIONISTAS.

Thais Macedo Nedisberg ¹
Mayara Benjamim de Oliveira ²
Cristiane Mortágua Oliveira ³
Ana do Carmo Goulart Gonçalves ⁴

RESUMO

Este artigo apresenta reflexões sobre experiências vivenciadas em escolas da públicas no município do Rio Grande-RS, por meio de ações extensionistas realizadas pelo Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE), com foco no resgate de brincadeiras do patrimônio cultural infantil e na ampliação do repertório das experiências das crianças. Desse modo, bolsistas e professoras do NEPE planejaram, e posteriormente desenvolveram atividades em diferentes contextos escolares, sendo o primeiro na ocasião de comemoração ao aniversário de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) e os posteriores, em outras escolas públicas acolhidas após enchentes - eventos climáticos vivenciados em maio de 2024. A partir das experiências vivenciadas, percebeu-se, na maioria das vezes, a aderência das crianças às propostas, ainda que algumas brincadeiras não fossem parte do seu repertório cotidiano. No entanto, em algumas ocasiões, sobretudo em uma escola específica, houve dificuldade de aderência às brincadeiras, especialmente devido ao afastamento das novas gerações das atividades tradicionais, que foram substituídas - não raro -, por jogos digitais e tecnologias. Além disso, os espaços escolares para brincar foram questionados, levando à reflexão sobre a importância de garantir o direito ao brincar nas escolas, conforme estabelecido pela Lei nº 14.826/2024.

Palavras-chave: Brincadeiras, Educação, Escola.

INTRODUÇÃO

Este relato tem como propósito apresentar reflexões a partir de algumas experiências em contextos escolares. Para Larrosa (2002, p.21) experiência “[...] é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece”.

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, thais2005dnedisberg@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, mayarabenjamim11@gmail.com

³ Mestre em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, crismortagua40@gmail.com;

⁴ Doutora em Educação Ambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental - PPGEA da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, acarmogg@gmail.com



Dialogando com Larrosa, apontamos a experiência como aquilo que nos inquieta, que nos instiga e que, por esse motivo, não pode ser condicionada a um único acontecimento. Para Larrosa (2002), o acontecimento é algo comum e a experiência é particular.

Segundo o autor,

A experiência, a possibilidade de que algo nos aconteça ou nos toque, requer um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos (LARROSA, 2002, p. 24).

Neste sentido, no contexto deste relato, as experiências foram vivenciadas - através de ações extensionistas - por algumas bolsistas do Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância (NEPE), durante as festividades alusivas ao aniversário de uma Escola Municipal de Ensino Fundamental - EMEF do Rio Grande-RS, além do acolhimento de outras duas escolas do mesmo município, que foram contempladas com a ação “Acolha uma Escola de Educação Infantil do RS” realizada pelo Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), Fórum Gaúcho de Educação Infantil (FGEI), e o Fórum de Educação Infantil do Extremo Sul Gaúcho (FEIESG).

Mister destacar que o NEPE configura-se como um núcleo de ensino, pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio Grande - FURG, que ao longo dos últimos 28 anos, vem desenvolvendo uma série de projetos de forma indissociável. Em outras palavras, pode-se dizer que o núcleo destaca-se por sua atuação promovendo o desenvolvimento de ações que buscam valorizar a infância, garantindo que ela possa se manifestar de diferentes modos, na contramão de uma referência única e absoluta.

No âmbito deste relato, abordaremos as atividades específicas nas quais fomos convidadas a participar, com destaque para o resgate de brincadeiras tradicionais realizadas nas EMEFs. Cabe ressaltar que a participação das bolsistas teve como objetivo principal reviver práticas lúdicas que fazem parte do patrimônio cultural infantil, proporcionando um ambiente de brincadeiras, oferecendo condições adequadas de espaço e tempo para a livre exploração das crianças.

A partir destas experiências nas escolas, surgiu a necessidade de refletir sobre as brincadeiras atuais das crianças. Muitas já não conhecem ou participam destas das formas tradicionalmente conhecidas. Sendo assim, o relato investigará esse distanciamento das novas gerações dessas brincadeiras que tradicionalmente eram realizadas na rua.



METODOLOGIA

No dia 6 de julho de 2024, em meio aos festejos típicos de festas juninas, a EMEF realizou a comemoração de seu aniversário e estendeu o convite para que o grupo participasse desta, realizando alguma atividade. Sendo assim, após algumas discussões sobre o planejamento, o grupo escolheu ofertar uma série de brincadeiras que para Girotto (2015),

Enquanto brincam, a criança, o jovem ou o adulto experimentam a possibilidade de se reorganizarem, resignificando o mundo por meio das relações estabelecidas, de sua própria atuação e dos novos elementos agregados à sua personalidade a partir dessas experiências. (p.11).

A partir desta, o NEPE sendo um núcleo que procura beneficiar as infâncias e que acredita na potência das brincadeiras, considerou importante incentivar as crianças a conhecer e a brincar com brincadeiras consideradas tradicionais.

Cabe ressaltar que nas outras duas EMEFs, a ação extensionista se deu a partir do acolhimento, onde o NEPE junto do FEIESG, que atendeu projetos que hierarquicamente foram oriundos do MIEIB e FGEL, acolheu duas escolas, as quais tiveram seus materiais extraviados durante as enchentes no Rio Grande do Sul. Logo, foram repassados para as escolas, os livros, os jogos e os brinquedos, que restaram nos locais de abrigo⁵ e que estavam em ótimo estado de conservação.

Neste sentido, tendo em vista a importância do acolhimento, foram realizadas atividades que envolveram as crianças que frequentam as duas primeiras etapas da Educação Básica, Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental, em brincadeiras que tinham como objetivo resgatar brincadeiras tradicionais como, batata quente, pular corda, corre-cotia ou chicotinho queimado, entre outras. A intencionalidade da proposta tinha como objetivo além de incentivar a participação ativa das crianças, ampliar o repertório das crianças ao trazer para o ambiente escolar brincadeiras que muitas vezes eram transmitidas pelas matriarcas e/ou patriarcas da família.

Cabe ressaltar, que para obter um texto com uma melhor organização, estruturamos os resultados e discussões em tópicos, caracterizando cada escola individualmente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ESCOLA I

5 Na cidade em questão, os locais de abrigo foram escolas municipais. Durante os eventos climáticos, o Nepe junto do Fórum realizaram ações de arrecadação de brinquedos a fim de acolher e trazer, mesmo que de forma mínima, a sensação de pertencimento.



A Escola número I, possui gestão compartilhada entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande e a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), estando localizada em uma região periférica. Situada dentro do Campus Carreiros, a escola integra o Centro de Atenção Integral à Criança (CAIC), uma unidade inaugurada em 20 de maio de 1994, como parte do Projeto Minha Gente, com o objetivo de oferecer atendimento integrado nas áreas de educação, saúde e assistência social.

Como supracitado, no contexto das festividades juninas e do aniversário da EMEF, o NEPE realizou uma visita à escola. Este dia possibilitou a interação entre os estudantes, professores e membros da comunidade acadêmica da FURG, fortalecendo o vínculo entre a universidade, a escola e a comunidade, promovendo um espaço de brincadeiras e aprendizagens significativas para as bolsistas.

Durante a primeira experiência, em um primeiro momento, nós bolsistas, juntas de uma das professoras do Núcleo, tivemos a necessidade de brincar com os materiais sozinhas, pois percebemos que apenas ofertar bola e corda não era o suficiente pois, deixa-lás no chão não estava sendo atrativo de forma que chamassem a atenção das crianças. A partir disso, começamos a brincar com o intuito de chamá-las, foi a partir deste momento que um menino pediu a bola que estávamos brincando, este foi convidado a brincar conosco, mas voltou a repetir que não queria brincar, só queria a bola para jogar com seus amigos. Entretanto, os amigos também não quiseram “jogar bola” com ele, o que nos favoreceu, pois conseguimos adentrar em seu jogo de futebol, o que não durou muito tempo, visto que logo vários meninos, de diversas idades, solicitaram a participação no jogo de futebol.

A partir disto, percebemos que para chamar a atenção das crianças e dos adolescentes ali presentes deveríamos brincar entre nós, para isto utilizamos desta estratégia com a corda. Em sequência, notamos algumas crianças se aproximando curiosas, mas ainda sem engajamento imediato, logo após observarem nosso grupo "pulando corda" elas se interessaram. Entretanto, esta brincadeira não obteve tanto aceite em seu desempenho quanto a bola.

Durante as tentativas percebemos que muitas delas não sabiam sequer onde posicionar-se para participar da brincadeira de pular corda. Esse fato nos chamou atenção, pois revela um distanciamento das novas gerações em relação às brincadeiras consideradas tradicionais, que eram comuns no cotidiano infantil de nosso grupo. Ademais também notou-se a impaciência das crianças, visto que algumas davam apenas um pulo e questionavam se já poderiam sair. O que fez o grupo refletir, sobre a influência das transformações sociais nas formas de brincar das crianças, que muitas vezes, estão mais familiarizadas com jogos digitais



e outras atividades mediadas por tecnologias, afastando-se de brincadeiras que envolvem o físico e a interação social. Outra reflexão que foi gerada a partir destas, foi o questionamento de onde estão os espaços brincantes para as crianças dentro da escola, visto que a Lei nº 14.826 (2024, s,p), menciona: “Art. 3º É dever do Estado, da família e da sociedade proteger, preservar e garantir o direito ao brincar a todas as crianças.”. A partir desta Lei a dúvida que surge se resume em: Será que as crianças não brincam mais? Será que não há oportunidade de brincar fora dos meios digitais?

Ademais, é preciso relatar que durante as reuniões de formações e discussões que acontecem todas às terças-feiras, uma das bolsistas relatou que na escola onde a mesma faz estágio não obrigatório, a monitoria de inclusão, não permite que as crianças peguem brinquedos como corda e bola durante o intervalo, o que possibilita apenas que as crianças corram, não propiciando um ambiente em que aumente o repertório das mesmas. Cabe ressaltar que na contemporaneidade, onde famílias localizadas nos centros urbanos tendem a reduzir cada vez mais seus membros além de não estarem dispostas a deixarem as crianças brincarem nas ruas (Giotto, 2013), a escola torna-se o ambiente mais propício para que ocorra interações entre pares e adultos, para que assim, as brincadeiras tradicionais, possam ir mudando a cada grupo social, para que sejam perpassadas de geração em geração.

ESCOLA II

A Escola de número II, está localizada na Ilha da Torotama, uma comunidade essencialmente rural. A economia local é baseada principalmente na pesca e na agricultura, atividades que fazem parte do cotidiano das famílias e influenciam diretamente a infância das crianças da região.

Esse contexto foi determinante para a recepção e a participação das crianças nas atividades propostas. Acostumadas ao campo e a vida ao ar livre, muitas crianças já estavam familiarizadas com diversas brincadeiras e, inclusive, trouxeram suas próprias sugestões. Esse envolvimento espontâneo acabou enriquecendo o momento, modificando nosso planejamento inicial e incorporando novas brincadeiras que surgiram a partir do repertório das próprias crianças. Esse processo demonstrou a importância de considerar os saberes e experiências locais na construção das atividades pedagógicas, tornando-as ainda mais significativas.

Durante as visitas nas escolas acolhidas, podemos observar reações diferentes da escola anterior. Cabe destacar, que na escola do campo, foram ofertadas, além das brincadeiras, oficinas, quais eram condizentes com a teatralização da história “Bruxa, Bruxa, venha à minha festa” que foi oportunizada anteriormente. Sendo assim, além das crianças brincarem com o Lobo e os outros personagens, ainda puderam confeccionar “varinhas de



bruxa”, com gravetos, glitter e fitas, além da produção da “meleca da bruxa”, que se resume na produção de massa de modelar artesanal. É preciso destacar que todas estas tiveram unânime aceite.

ESCOLA III

A Escola Municipal de número III está localizada na Zona Portuária do município do Rio Grande, mais especificamente no bairro Barra, uma região historicamente ligada à pesca e à atividade portuária. A comunidade escolar é composta, em sua maioria, por filhos de pescadores, o que influencia diretamente a vivência e as experiências das crianças, que crescem em contato com o mar, as embarcações e o cotidiano da pesca.

Ao visitarmos a escola, partimos do pressuposto de que, por fazerem parte de uma comunidade com forte cultura de brincadeiras de rua, muitas crianças teriam amplo conhecimento dessas práticas lúdicas. Essa expectativa se confirmou quando fomos calorosamente recebidos pelas crianças, que prontamente se envolveram nas atividades propostas. O entusiasmo e a participação ativa demonstraram a familiaridade das crianças com as brincadeiras, reforçando a importância do brincar como elemento central no desenvolvimento infantil.

Além disso, um dos aspectos que mais chamou nossa atenção foi o amplo espaço ao ar livre que a escola possui, incluindo uma grande área gramada. Esse espaço oferece inúmeras possibilidades para a realização de brincadeiras, jogos e outras atividades pedagógicas ao ar livre, contribuindo para o desenvolvimento motor, social e emocional das crianças.

Como já destacado acima, o aceite das crianças foi crucial para que as bolsistas realizassem a ação proposta. Nesta escola, também foi realizado a teatralização da história da Bruxa, ademais, a fim de qualificar a contação, o grupo utilizou da percussão corporal para musicalizar a história, com o objetivo de que as crianças fossem mais interativas durante a história. Outrossim, além das doações de materiais que já estavam prontos, as bolsistas confeccionaram pés de lata para as crianças brincarem, além de levarem elástico para que pudessem pular.

Por fim, cabe ressaltar que o NEPE, sendo um núcleo que procura valorizar as infâncias, com objetivo de qualificá-las, vem desenvolvendo ações de extensão, onde as bolsistas vão até a escola e desenvolvem junto das crianças brincadeiras que visam aumentar o repertório das mesmas, dessa forma, relatamos que nas três escolas visitadas, foi possível observar múltiplas reações e interações.



A partir da experiência aqui discutida em que nos debruçamos a problematizar acerca do lugar da brincadeira na escola, encontramos eco nas palavras de Kohan (2019, p. 12) que nos convoca à reflexão que urge:

É preciso, então, devolver à escola o tempo infantil que lhe foi roubado. O tempo pelo próprio tempo, o tempo da brincadeira séria, aquele que encontra sentido no próprio brincar. O tempo do presente, inteiramente, no que se faz, na vida que se vive: como uma criança que brinca.

Logo podemos repensar na situação emergencial que encontra-se a escola, espaço qual as crianças, seres brincantes, deveriam sentirem-se pertencentes está tomada por adultos que têm pressa, querem a todo custo encaixar as crianças em sistemas educacionais com resultados imediatos, visando sempre um produto final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos relatos observados, fica claro que a falta de tempos e espaços adequados para as brincadeiras nas escolas tem impactado a forma como as crianças se relacionam com o brincar. A realidade mostra que as crianças não perderam o desejo de brincar, mas sim o espaço para vivenciar essas experiências de forma livre e espontânea. O que falta, muitas vezes, é a mediação dos adultos para promover ambientes que incentivem e possibilitem esses momentos lúdicos.

Em muitos contextos, a visão da infância está cada vez mais associada à produtividade e ao cumprimento de metas, afastando o valor intrínseco do brincar. No entanto, como observado na última escola visitada, as crianças continuam a buscar a brincadeira, mas as oportunidades para isso são limitadas. Portanto, devemos refletir sobre o que realmente estamos oferecendo às crianças em termos de tempo e espaço para brincar. A ausência de momentos dedicados ao lazer e à socialização lúdica é um reflexo direto da maneira como organizamos o tempo escolar e as demandas da sociedade contemporânea.

A escola, então, se coloca como um espaço fundamental para resgatar e preservar a brincadeira. Ao incentivar atividades que permitam às crianças explorar, criar e vivenciar o tempo do brincar, a instituição educacional contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para a formação social e emocional das crianças. É essencial que os adultos, sejam pais ou educadores, se conscientizem da importância do brincar no desenvolvimento infantil e, ao mesmo tempo, se proponham a criar condições para que as crianças possam experimentar e expressar suas vontades de forma autêntica e prazerosa. A



partir disso, poderemos garantir que a infância seja vivida de maneira plena e significativa, respeitando suas necessidades e seu ritmo.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 14.826 de 20 de março de 2024. Institui a parentalidade positiva e o direito ao brincar como estratégias intersetoriais de prevenção à violência contra crianças; e altera a Lei nº 14.344, de 24 de maio de 2022. Brasília, DF, 20 de Março de 2024

DRUCE, A. **Bruxa, Bruxa: Venha à minha festa**. 16. ed. São paulo: Brinque-book, 1996

GIROTTTO, D. **Brincadeira em todo canto: reflexões e propostas para uma Educação lúdica**. São Paulo: Peirópolis, 2013.

KOHAN, W. A devolver (o tempo d)a infância à escola. In: **Infância & Pós-estruturalismo**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019.

LARROSA, J. B. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista brasileira de educação**, 2002, p. 20-28.

